

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Coveice Brasileira Class.: Kaiapó Gorotire
 Data 10/08/93 Pg.: 13 247

CARLOS EDUARDO



Os índios buscam o apoio de parlamentares na sua luta pela aprovação do projeto que garante a tutela

Caiapós querem garantir direito dos indígenas ao regime tutelar

Um total de 142 índios, entre guerreiros e caciques, da aldeia caiapó do Gorotire, no município de Camaru do Norte, no Pará, estão em Brasília, esta semana, quando pretendem fazer pressão junto a ministros, parlamentares e ao presidente Itamar Franco, pela aprovação do projeto de lei 2.160/91, do Poder Executivo, que, dando nova redação ao Estatuto do Índio, em seu artigo nono, garante aos índios e às comunidades indígenas, o regime tutelar, segundo informou o responsável pela comitiva dos caiapós, o índio e vereador Tapiét Kaiapó.

Esta, na verdade, é a segunda vez que eles vêm a Brasília, este ano, para o mesmo fim. Segundo o vereador indígena, na primeira vez, em maio último, eles estiveram com o presidente Itamar que "fez muitas promessas mas que, até agora, não foram cumpridas". Agora, eles exigem que o Governo assumira uma posição clara so-

bre a questão uma vez que a tutela é de fundamental importância para a garantia dos direitos dos índios no Brasil.

Sempre vestidos à caráter e permanentemente pintados "não com cores de guerra e sim de esperança e paz", eles tentarão, hoje, uma audiência com o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e com o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge. Amanhã, pela manhã, a audiência deverá acontecer com o ministro de Minas e Energia, Paulino Cicero. À tarde eles seguem, todos juntos, para o Congresso Nacional, quando pretendem conversar e pedir o apoio de diversos parlamentares para que aprovelem o projeto de lei em questão.

Ainda no Congresso Nacional, o vereador Tapiét Kaiapó tentará ler, no plenário, um discurso sobre a importância da tutela para índios. "É na manutenção do instituto da tutela -- diz o discurso -- que o novo estatuto do Índio

revela coerência em reconhecer que a sociedade indígena brasileira adquiriu este direito pelo decurso de vinte anos de efetiva proteção social e que suprimi-lo, como querem alguns dos nobres deputados que subscreveram outros substitutivos, é negar a proteção federal de que tanto necessitam os índios e as comunidades indígenas".

"Os índios e as comunidades indígenas -- continuam -- não aceitam a revogação do instituto da tutela porque ele representa a maior garantia de proteção oficial do Governo federal. Os índios não desejam ser emancipados do regime tutelar, porque simplesmente, não querem ficar sem proteção, ao desamparo da lei".

O representante indígena, Tapiét Kaiapó, garantiu que a vinda dos guerreiros e caciques a Brasília nada tem a ver com o recente episódio envolvendo índios caiapós e extração irregular de madeira.